

PROGRAMA ELEITORAL

21 PONTOS PARA SALVADOR MUDAR: Construindo o Poder Popular

INTRODUÇÃO

O presente programa eleitoral é fruto de um debate político, social, cultural e geográfico construído coletivamente a partir dos acúmulos da Militância do Partido Comunista Brasileiro - PCB ou Partidão - em conjunto com a sociedade, através de nossos amigos, apoiadores, e diversas pessoas preocupadas com o futuro de Salvador. Tal trabalho não consiste em um programa concluído ou pronto, mas sim uma síntese de momento de nossos acúmulos concentrados em 21 pontos centrais, mas que dialogam com um processo aberto de construção de um programa de lutas para nossa capital. Deste modo, afirmamos que tal documento é parte de um processo aberto e que continuará em movimento.

Realizar um programa para Salvador é partir de uma realidade que se “aparenta fragmentada”, ou seja, a ideia de que os problemas da cidade são todos frutos de uma dinâmica local - o que bem sabemos que não é verdade. Em realidade, a sociabilidade que constroi Salvador, e na qual vive nosso povo, é cercada de determinantes, seja nas relações na Bahia como um todo, no Brasil, ou na relação desigual que o Brasil, como um país periférico ou de terceiro mundo, se constitui enquanto nação subordinada aos interesses do grande capital internacional; isto é: a lógica da produção de riquezas e lucros acima de interesses sociais — sejam eles interesses dos bancos e financistas, dos grandes industriais ou agronegócio — interesses estes que colocam historicamente nossa população trabalhadora na berlinda.

Tal dinâmica marcada pela exploração faz com que Salvador seja uma cidade contraditória. Dessa maneira, localizamos barreiras condicionantes externas a nossa cidade, mas que ao mesmo tempo são parte do movimento que torna nossa cidade tão rica ao mesmo tempo tão desigual. Marcada historicamente por um desemprego crônico, desde o declínio do período colonial e escravista, Salvador emerge enquanto uma cidade das desigualdades, de maioria negra, mas com elevada concentração de renda em pequenas parcelas da população em sua maior parte branca. De modo que Salvador se vê cotidianamente construída sob as tecnologias e formas de dominação conhecidas como racismo.

Perpetua-se assim uma fratura social da classe trabalhadora sob condições de desemprego, subemprego e informalidade; baixa escolaridade, carências alimentares, de saneamento e oferta de água; até o atendimento em saúde e oferta de transporte. Os efeitos deste cenário são mais evidentes em seus estratos mais precarizados: de maioria negra e feminina.

Nosso projeto de sociedade se vê objetivado a pôr em movimento transformações sistêmicas em nossa realidade, partindo do entendimento de uma Salvador submetida aos interesses da burguesia - dos chefes e patrões - que organizam e desorganizam a sociedade em interesse próprio. Buscamos uma forma de reordenamento do cotidiano urbano, da estrutura de poder e da estrutura social, de modo a criar condições para sermos parte de um processo de transformação maior, que nos transportará paulatinamente para longe da sociabilidade neoliberal, marcada pelo individualismo exacerbado e pelas finanças enquanto centralidade da vida.

Nosso horizonte é uma política focada na vida da classe trabalhadora. Marcada pela igualdade de direitos e oportunidades, pelos mecanismos de socialização das riquezas e uso do poder público em favor dos interesses sociais do povo. Criaremos assim, um futuro no qual a população construirá com as próprias mãos, uma nova Salvador, tomando e criando nossos espaços de decisão.

CIDADE

MOBILIDADE URBANA

1. A capital baiana passa por uma crise dos modais de transporte, pois, mesmo com um aumento e diversificação da frota de veículos, a última gestão cortou várias linhas de ônibus, adotou a tarifa de ônibus mais cara do Nordeste e, com a implantação do BRT, derrubou cerca de 150 árvores. Nossa cidade torna-se cada vez mais “viadutizada” e imensas áreas verdes dão cada vez mais espaço à enormes e caríssimas construções de concreto sem qualquer intencionalidade ecológica e funcional em sua estrutura e paisagismo; e Salvador continua, ainda assim, sem melhoras no trânsito, e segue vítima de engarrafamentos diários em diversos pontos da cidade porque não consegue ofertar um serviço de transporte público de qualidade que se apresente como alternativa viável e eficiente à população, assim diminuindo o número de veículos individuais nas ruas. Nesse processo, as propostas mais imediatas no que tange a mobilidade urbana são:

1.1. Municipalização progressiva dos principais segmentos do Transporte Público, associada a um programa de revisão dos contratos e concessões, com exigência da aplicação dos termos de qualidade da prestação de serviço. Temos observado a insuficiência e incapacidade de gerenciamento do setor privado exclusivo, e trabalharemos por uma reversão do cenário, dando prioridade ao transporte público. Por outro lado, o reforço de cooperativas fomentadas pelo poder público, que viabilizem formas alternativas de organização do transporte, mas com crivo do poder público, bem como financiamento, garantindo uma implementação de serviços de qualidade e submetidos à lógica geral de um programa de transportes para nossa capital.

1.2. Passe-Livre Estudantil, para desempregados/as e para aqueles com renda inferior a um salário mínimo, considerando o grande número de trabalhadores em vínculos na informalidade/subemprego em Salvador. O acesso ao Passe-Livre será orientado pelo cadastro no CadÚnico (Cadastro Único para Programas Sociais);

1.3. Unificação do sistema de integração em um formato de tarifas diárias, semanais e mensais, garantindo um trânsito sem restrições no número de trajetos para todos passageiros. Garantia da Tarifa Zero aos finais de semana;

1.4. Estipular parâmetros para valores da passagem, onde estes não ultrapasse 8% da renda mensal. Bem como estabelecimentos de um princípio para a tarifa que viabiliza primeiro a manutenção e ampliação de investimentos; e, sempre que necessário, aporte de subsídios públicos;

1.5. Dentro do programa de mobilidade, incorporação sistemática de projetos de acessibilidade (rampas, elevadores, esteiras);

1.6. Bicicletas como modais complementares ofertadas pelo poder público, organização e valorização das ciclovias em bairros populares (expansão em 50% das ciclovias); **Associar um amplo projeto de revisão da velocidade das vias nos bairros, possibilitando o emprego da bicicleta em vias públicas em condições seguras;**

1.7. Estabelecer uma política municipal que torne modais como o Metrô e o VLT a parte central do transporte, associada a um uso racional do ônibus enquanto complementar, garantindo que as linhas removidas que prejudicaram os fluxos sejam retomadas até uma substituição mais eficiente. Retomada e Expansão das 20 linhas de ônibus **como medida imediata, associada a uma organização do VLT enquanto transporte complementar ao Metrô.**

1.8. Aumento das linhas de ônibus no Subúrbio Ferroviário, até o pleno estabelecimento do modal VLT, mantendo custo tido com o trem;

1.9. Retomada, reorganização e ampliação do transporte aquaviário;

1.10 . Estipular um gerenciamento do BRT enquanto transporte complementar, evitando tanto o desabastecimento, quanto uma lógica de competição com outros modais. Avaliar progressivamente a substituição por modais mais sustentáveis (em termos econômicos, ambientais e de saturação) e de maior capacidade;

1.11. Plano municipal de transição energética: neste, deve tanto ser estabelecida uma ampla rede de postos de recarga para veículos elétricos, oferecidos pelo poder público, bem como um programa municipal de estímulo à implementação de placas solares residenciais e comerciais com descontos no IPTU. O programa de transição energética deverá ser associado à implementação de parcerias, sobretudo com universidades e cooperativas, mas também com indústrias que se associem ao interesse público de garantir a produção de placas solares em Salvador e RMS.

1.12. Estabelecimento de uma política metropolitana de gestão de transportes, tendo Salvador como articuladora. Os parâmetros deverão pensar integração, discussão de projetos conjuntos com as prefeituras da RMS e com o Governo do Estado. Salvador deve estabelecer uma política de gerenciamento e controle dos transportes públicos, de modo que se tenha uma primazia de gestão

sobre todos os transportes onde mais de 50% dos usuários estejam se deslocando para a capital e ou dentro da capital, bem como transportes onde mais da metade do trajeto seja transcorrido em Salvador. Deste modo, transportes metropolitanos como o Ferryboat, linhas diversas de Ônibus e até mesmo o Metrô, passariam a ter participação gestora da Prefeitura dentro de um plano integrado de transportes.

TRABALHO, SEGURANÇA E MORADIA

Salvador é considerada a capital com maior índice de desemprego no país, com taxa de mais de 16% da população da capital sem nenhum acesso formal ao trabalho, afetando diretamente, os índices de violência urbana da cidade. Nota-se um processo de aceleração do direcionamento dos investimentos públicos para o cumprimento dos privilégios de uma pequena burguesia provinciana, que, sob a égide de políticas ultraliberais, refletem no espaço a repressão e a violência em sua forma inflexível diante da circulação de mercadoria e serviços relacionados **(ao)** processo de estruturação dos modos de sobrevivência espalhados no território da cidade. É preciso destacar que o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador - instrumento que tem servido de base da consolidação e estruturação do sistema econômico capitalista o que inclui a “organização” do mercado informal - formula uma configuração espacial que se realiza para assegurar ganhos em um processo combinado de processos espoliativos que tensionam à necessidade urgente de abertura de possibilidades para a plena emancipação do ser social e do viver urbano.

A cidade de Salvador encontra-se subsumida na privatização e na lucratividade. Entrega - sobretudo à classe trabalhadora - a violenta exploração frente à concretude da realidade ofertada pelo mundo do trabalho na capital da Bahia. Uma crise generalizada de desocupação se instaura conforme o mercado informal se consolida enquanto a única saída para as camadas mais pauperizadas da classe trabalhadora, obrigadas a se subordinar enquanto uma mão de obra barata, destituído de direitos trabalhistas, cada vez mais dissolvidos quando existem.

Soma-se a este cenário, o papel da segurança pública enquanto um dilema central no cotidiano urbano; bem como no processo de distribuição e divisão do trabalho das grandes cidades. As metrópoles refletem um maior índice de segregação com a formação de periferias exiladas e extensas formações de conglomerados de favelas, caracterizando o poder coercitivo enquanto um instrumento de controle que diretamente corrobora com a forma histórica da sociabilidade burguesa: o da fascistização do processo de produção do espaço em sua totalidade.

Também devemos destacar que a questão da moradia é um dilema que se apresenta entre as bandeiras centrais das lutas urbanas populares. Esta luta - que não evidencia nada menos que a garantia da função da necessidade social básica que é o direito à moradia - é travada frente às contradições sociais e econômicas que encontram-se determinadas pelas tensões mencionadas. Destaca-se como Salvador possui um déficit habitacional de mais de 134 mil moradias diante de 200 mil domicílios vagos, além de mais de 5 mil pessoas sob condição desumana morando nas ruas desta cidade. É neste modelo de produção do espaço que Salvador se escancara enquanto uma metrópole em plena pobreza e completamente segregada. **Isso também pode ser observado** através da função

do meio geográfico da capital baiana e sua relação direta com a estruturação da ordem de acumulação capitalista, cujo efeito é: alastrar e determinar os contrastes entre a situação de miserabilidade frente àquilo que se compreende enquanto uma noção - com todo seu conteúdo ideológico - **de ordem urbana e de progresso**. Se dividem assim: duas grandes classes baseadas na divisão do trabalho. De um lado: mais da metade da população da capital baiana vivendo em áreas de risco desvinculadas do acesso de serviços básicos - principalmente moradia, mobilidade e segurança pública - adequados. Do outro lado: os agentes do capital materializando um duro processo de substituição de valores do espaço pelo valor de troca. É responsável por essa condição, fundamentalmente, o setor imobiliário e operações consorciadas de transporte. Ambos expulsam, segregam e apartam a terra urbana do cumprimento da sua função social.

Uma forma estratégica de tecermos a organização de um trabalho autogestionado e de participação popular na tomada de decisões - sobre como a política habitacional deve ser construída - é buscar construir dialeticamente a consciência de valor adquirido pelo espaço existente; onde se materializa o cotidiano urbano.

De forma coletiva e progressiva serão realizadas formulações sobre os novos atributos formais e funcionais que visam estruturar a aproximação do ser social com a natureza - bem como da distribuição dos diversos níveis de serviço - através da quebra da relação dicotômica público-privado que se estabelece entre o espaço urbano, a moradia, a creche, a escola, a unidade de saúde, e demais infraestruturas inerentes a vida no território.

Para tanto, consideramos:

2. Trabalho enquanto política pública, garantia da implementação de empresas públicas associadas a um plano de cooperativas diversas, com gestão e oferta de crédito.

2.1. Prioridade do crédito público às cooperativas e comércios com potencial gerador de empregos formais.

2.2. Política de garantia do emprego, visando alcançar o pleno emprego em Salvador e a garantia dos vínculos formais, zerando as taxas de informalidade via contratação direta (Empresas Municipais), cooperativas (para setores diversos); bem como a fiscalização e oferta de crédito aos setores privados, garantindo o emprego formal direto.

3. Estabelecimento de um plano emergencial de construção coletiva para a implementação de postos de Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social e obras urbanas de benefício coletivo nas 234 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) da cidade de Salvador. Com o caráter de participação popular, de educação técnica e do trabalho coletivo e consciente, a implementação desses postos enquanto instrumento organizativo de sintetização de demandas e integração entre técnicos e comunidades enraizadas em zonas especiais estabelece uma base de autogestão do bairro/território, e as decisões acerca da retomada do metabolismo social e das necessárias remodelações estruturais urbanas e de habitação para tal.

3.1 Abertura de uma Empresa Municipal de Construção Civil de Salvador, orientada com prioridade para edificações em habitação popular e infraestrutura social. Tal plano deve contar com investimentos de bancos de fomento, bem como parcela do orçamento de capital da prefeitura.

3.2 Suspensão imediata de ordens de despejo como condição primária no estabelecimento de um plano de moradia e de consolidação de ocupações urbanas enquanto um direito social em toda RMS. Para tanto, considera-se a promoção da alienação fundiária das propriedades de interesse público onde encontram-se, principalmente, movimentos sociais e lutas populares instauradas pelo direito à moradia.

3.3 Organização de um plano gestor e de fomento de cooperativas, orientadas para produção de materiais, gestão de resíduos sólidos remanufaturados e sua conversão em componentes e materiais para construção. Tal plano integra desde crédito prioritário até suporte técnico, gestor e operacional em plena implementação.

3.4 Estabelecer um princípio de governo orientado a trazer bem estar social, emprego, moradia e as mais diversas garantias de uma sociabilidade urbana de paz social, como ato número um da política de segurança.

3.5 Reestruturação integral da Guarda Municipal (GM), superando a política de Guerra às Drogas e enfrentamento às Comunidades. A GM deve ser convertida em um aparelho acessado e construído pela e para população autogerenciar a segurança nas comunidades.

3.6 Caberá a este novo formato de Guarda Municipal um enfrentamento ao crime, não na forma do confronto, mas na forma da *prevenção quotidiana*, utilizando de todos saberes das comunidades para desvincular os jovens dos chamados “Recursos Humanos (RH) do Crime”. De modo que as próprias

comunidades criem estratégias diversas de proteção de seus jovens, seja por meio do Esporte, do Acesso à Escola, seja pela fiscalização quotidiana, formas preventivas de abordar pequenas contravenções e construir um novo horizonte para as comunidades. A Guarda criará, assim, novas especialidades em acompanhamento, orientação, oferta de técnica e treinamento para as próprias comunidades gerirem sua segurança.

4. Elaboração de um plano emergencial para revitalizar o Tecido Histórico de Salvador, restaurando 2.700 edificações históricas em bairros populares ao redor do Centro Antigo (como Baixa dos Sapateiros, Soledade, Saúde, Barroquinha e Barbalho). Tais áreas, atualmente abandonadas, serão transformadas em espaços socializados com novas funções - como moradias, centros culturais, escolas, unidades de saúde e creches - garantindo direitos básicos para a região do Centro Histórico. Essa estratégia se contrapõe às operações capitalistas de "remodelação urbana", que, sob a lógica do lucro, expulsam os moradores de baixa renda e desfiguram a identidade cultural e ambiental de Salvador. Ao desafiar os interesses especulativos - de caráter comercial e hoteleiro - busca-se reanimar a vida urbana, valorizar a história da cidade e fortalecer as comunidades locais, promovendo uma centralidade urbana inclusiva bem como um cotidiano onde a população viva e usufrua da cidade, resistindo à mercantilização dos territórios populares.

QUESTÃO AMBIENTAL E SANEAMENTO

5. Criação de cooperativas agroecológicas urbanas como pontos de operação de um programa para implantação de Cinturões Verdes e Colunas Verdes estruturantes nos espaços verdes da cidade (parques e praças bem distribuídas dentre os bairros), estabelecendo, assim, um plano de enfrentamento municipal à desnutrição, à insegurança alimentar e ao desemprego por via de cooperativas enquanto instrumentos de participação econômica, política e social.

6. Reestruturação de políticas urbanísticas em favor de uma dinâmica de cidade com funcionamento em consonância com os potenciais paisagísticos.

6.1 Política municipal de revitalização dos leitos dos rios urbanos, associadas a projetos integrados com as universidades públicas, estaduais e federais da Bahia. Como objetivo de recuperação das Bacias hidrográficas que cortam Salvador, para fins de lazer, escoamento superficial e drenagem, bem como abastecimento para consumo em médio prazo.

6.2 Política de recomposição de áreas verdes em Salvador, em parques, praças e reservas ambientais, orientadas para preservação, lazer, esporte e turismo. Integração de um projeto de arborização frutífera em todas as zonas da cidade, em especial nos bairros residenciais, promovendo bem estar público, sobretudo em zonas de pedestres.

6.3. Substituição da política de “Geomantas” e Contenção de Encostas, por políticas de rearborização de encostas, associadas ao programa de habitação, com horizonte não apenas de zerar o déficit habitacional, mas realocar a população em áreas ambientalmente seguras, e equipadas dos diversos aparelhos urbanos que garantam qualidade de vida.

6.4 Política de universalização e padronização do acesso à Água, a partir da municipalização do serviço de água, desmembrando da EMBASA, iniciando gestão pública municipal da água através de uma Empresa Municipal de Água e Saneamento. Tal política terá como objetivos a garantia de 100% de oferta de água tratada, bem como de saneamento básico universal.

CULTURA E TURISMO

7. Criação de um plano municipal de cultura focado na cultura popular, com vistas a estabelecer aparelhos de cultura diversos em todos bairros da cidade, com praças, palcos, estúdios de ensaio, áreas de lazer integradas, com devidos equipamentos urbanos de bem estar, lazer e higiene.

7.1 Política de recomposição dos circuitos de Carnaval, com ênfase no carnaval popular nos Bairros. O papel da prefeitura deverá ser garantir recursos para as mostras locais de Cultura, com verbas para blocos locais. Não será papel do poder público garantir recursos ao carnaval dos circuitos comerciais, que gozam de pleno capital para auto sustentação.

7.2 Garantia de um cotidiano de cultura em Salvador, de modo a possibilitar um turismo em todas estações do ano, superando a dinâmica sazonal, que impacta negativamente a oferta de empregos formais. O fomento das diversas mostras de cultura, organização e criação de condições para recepção de turistas nas mais diversas atividades culturais de Salvador em todos seus potenciais nos bairros populares, hoje fora dos circuitos turísticos.

7.3 Gestão pública das ilhas, com enfrentamento à especulação imobiliária nas Ilhas de Maré e dos Frades, buscando a urbanização com ênfase nas populações locais, bem como em turismo associado à cultura local e preservação ambiental.

EDUCAÇÃO

8. Estabelecimento de um novo parâmetro de educação para Salvador tendo um giro de concepção para uma educação emancipadora, crítica e orientada para o desenvolvimento humano e social; bem como superação das graves desigualdades sociais.

9. Ocupação das 234 Zonas de Interesse Social (ZEIS) da Cidade com oferta de escolas de Educação Infantil e Ensino Fundamental.

9.1 Garantia de redução do número de alunos por sala, tendo um limite de 10 alunos na educação infantil, e 15 alunos na educação básica.

10. Projeto de municipalização da educação, visando uma transição e incorporação de infraestruturas que ofertam a educação infantil. Tal plano busca a superação da terceirização e privatização da educação infantil, trazendo para a responsabilidade do poder público a atribuição de garantir contratos via concurso público, associados a planos de carreiras, estímulos de formação de pessoal, passando por professores, auxiliares de desenvolvimento infantil, merendeiras, fiscais e os mais diversos profissionais inseridos na educação.

11. Programa de contratação de servidores públicos com vistas à universalização do serviço público via concurso e restringindo a, no máximo, 5% de contratos temporários para fins de licenças e situações transicionais. Tal iniciativa se associa a um plano de carreiras que tenha como premissa inicial o pagamento do piso do magistério como salário base, tendo como objetivo: superar o piso nacional e ter o salário mínimo do DIEESE como parâmetro mínimo para piso da educação. Os diversos níveis de progressão de carreira deverão sempre partir destes valores iniciais.

11.1 Padronização dos contratos de trabalho com efeito retroativo, de forma a eliminar disparidade de vínculo existente, a qual permite que docentes fiquem fora da tabela ou ainda sem garantia do piso da educação. Os docentes que eventualmente tenham alguma “lacuna formativa” com o padrão atual deverão ter garantido, pelo poder público, a possibilidade formativa de adequação e regularização.

12. Estabelecimento de transporte público escolar para crianças, garantindo auxiliares e trajetos seguros que levem as crianças de casa até as escolas da rede municipal.

12.1 Repensar o horário de funcionamento das escolas, bem como a distribuição das vagas de maneira a possibilitar e assegurar que as mães,

pais e responsáveis tenham condições de ter as crianças acolhidas - estando elas próximas aos locais de moradia ou de trabalho dos responsáveis.

12.2 Estabelecimento de política de abertura das escolas municipais a partir das 6h da manhã para recepção das crianças. Com garantia de pessoal, folgas e novas escalas de trabalho para uma implementação plena.

13. Resgate das disciplinas de Artes e Educação física com oferta universal e carga horária semanal superior a 2h por turma.

13.1 Trabalhar a dimensão lúdica nas escolas, com plena oferta de música, teatro, culinária e outras disciplinas orientadas ao desenvolvimento humanístico pleno. Tal política se associa a uma revisão permanente dos materiais didáticos, oferta de materiais diversos que viabilizem uma base pedagógica crítica e ao mesmo tempo rica em ferramentas lúdicas.

13.2 Supressão do Veto à Lei Moa Katendê, com a implementação imediata da Capoeira enquanto disciplina da rede municipal. Tal medida deve vir associada a concursos, respeitando os métodos tradicionais de formação de mestres de capoeira, e suas titulações, independente de parâmetros acadêmicos externos.

14. Política de erradicação do analfabetismo a partir da plena implementação do EJA noturno na rede municipal - sendo necessária associação a um projeto de formação continuada docente para oferta de alfabetização inclusiva.

14.1 Estabelecimento de uma política de integração de demandas sociais com as redes de atenção básica em Saúde, bem como unidades de CRAS e CREAS, possibilitando uma garantia de atenção às diversas demandas que têm atravessado a escola - para além das demandas de saúde.

SAÚDE

Partindo do pressuposto de que a saúde está relacionada a uma totalidade de aspectos ligados às determinações sociais do processo saúde-doença e do bem-estar, notamos como as populações mais empobrecidas e oprimidas de Salvador têm de lidar com os graves problemas relacionados à ausência de infraestrutura básica, ausência de soberania alimentar (altos níveis de insegurança alimentar), ausência de moradia, saneamento, transporte público, segurança pública, e emprego. Nesse sentido, um programa de saúde para a capital não pode estar desvinculado à uma intensa agenda de transformações infraestruturais.

De forma imediata, o PCB executará uma política de investimento na saúde de caráter público, gratuito e de qualidade, rompendo com as transferências de recursos públicos para a iniciativa privada, bem como com os projetos de precarização dos serviços públicos e da seguridade social. Somos contrários à lei de responsabilidade fiscal e iremos instaurar a Lei de Responsabilidade Social.

Ao mesmo tempo em que tensionaremos o limite institucional para a efetivação de um autêntico programa de saúde para a classe trabalhadora soteropolitana, através de impulsos à organização coletiva dos trabalhadores da saúde e dos usuários, criando espaços reais de participação ativa destes setores nos rumos da saúde na cidade. Não se tratam de meros espaços consultivos, pois pretendemos romper com a dicotomia planejamento/execução. Dessa forma, consolidaremos diversos processos de tomadas de decisões pelos próprios trabalhadores da saúde e usuários dos serviços de saúde.

Com vista nesse objetivo, a partir de estudos acerca da capital baiana, sistematizamos nosso programa de saúde em cinco eixos estruturantes fundamentais:

1. Combate à fome e implementação de medidas impulsionadoras da soberania alimentar;
2. Reorganização do sistema sanitário e incidência municipal sobre o aumento de doenças infecciosas que vitimam majoritariamente a classe trabalhadora;
3. Combate às diversas formas de violência urbana e estatal;
4. Criação de mecanismos de estudo e proteção da saúde da classe trabalhadora;
5. Fortalecimento da rede de Atenção Primária à Saúde e rede de Atenção Psicossocial.

Os dois primeiros eixos foram abordados mais propriamente em pontos anteriores, enquanto os três últimos estão expostos abaixo.

De acordo com o Plano Municipal de Saúde de Salvador (PMS 2022-2025), a violência urbana se manifesta de forma desigual pela capital baiana. Podemos considerar, com isso, a circulação e a residência em certos territórios como determinações fundamentais da experiência da violência. Tanto o local de moradia, quanto o de trânsito e de circulação pela cidade, os quais constantemente se sobrepõem, em última instância, são determinados pela forma em que se participa do mundo do trabalho.

A crítica da violência feita por nós comunistas reconhece, portanto, que não há saída efetiva para além do revolucionamento das relações sociais que determinam a organização de vida social. Ainda assim, podemos encontrar mecanismos intermediários e transitórios que possibilitem (com todos os limites) condições mais adequadas para que trabalhadores existam e se organizem enquanto classe representando, em alguns casos, instrumentos do processo de construção revolucionária com a criação de espaços contra-hegemônicos.

Paralelamente, a organização do mundo do trabalho também determina o acesso de trabalhadores aos serviços de saúde. Como consequência desse processo, o setor público da saúde - que teria de responder às demandas de toda população - apresenta uma carência expressiva de recursos para seu pleno funcionamento que muito se associa a um processo de expansão de serviços privados. Na Atenção Primária, que conta com subfinanciamento e baixa disponibilidade tecnológica, tal determinação aparece em suas últimas consequências, como “saúde pobre para pessoas pobres”.

O fortalecimento da rede de Atenção Primária à Saúde, portanto, é fundamental numa capital que possui um dos menores índices de cobertura do Brasil. Não será reproduzida uma perspectiva focal em que as unidades de saúde não dão conta das diversas dimensões da saúde da população soteropolitana. Salvador necessita de uma rede de saúde que seja forte e resolutiva, integrada a toda uma malha pública municipal de serviços; e que consiga oferecer diagnóstico, tratamento e prevenção.

15. Promover a fundação e a ampliação de espaços culturais, desportivos e educacionais, sobretudo nas regiões mencionadas negativamente acerca da violência na RMS acima mencionada, os quais seriam compostos por professores de áreas diversas: artistas circenses, educadores físicos, músicos, escritores, etc. - todos contratados pelo município. Tais espaços podem desempenhar funções complementares àquelas mencionadas nos pontos sobre educação e teriam como um dos principais objetivos: estabelecer um contraponto à violência policial na guerra às drogas e aos seus desdobramentos em organizações que atuam no mercado de narcóticos. Garantimos assim, aos jovens: ambientes adequados para o ócio criativo.

15.1 Garantir também nesses espaços, a discussão, a pesquisa e a formulação sobre assuntos como: saúde sexual e reprodutiva - dos quais contribuições devem se somar a movimentos pela legalização do aborto; combate à guerra às drogas e a luta contra a descriminalização de narcóticos e pelo desencarceramento; trabalho sexual; mundo digital e hackerativismo; etc.

16. Direcionar recursos financeiros para a ocupação das ruas da cidade em todos os bairros em que for possível com rodas de samba, rodas de capoeira, batalhas de rima, bares, feiras de pequenos produtores, lojas de pequenos comerciantes. Ocupar a cidade e torná-la viva com manifestações culturais, atividades comerciais e turísticas pode ser um importante meio de atenuação da violência urbana.

17. Criação de espaços públicos (de uso coletivo) para atividades cotidianas de reprodução da vida (ex. refeitórios, lavanderias, creches). Tal proposta seria uma modalidade parcial diante da necessidade de socialização do trabalho de cuidado, a qual se manifesta de modo mais acentuado a mães que perderam (por vezes devido à violência) pessoas que as acompanhavam/auxiliavam no cuidado com crianças e com suas próprias vidas.

18. Fundação de instituições responsáveis pela operação de serviços de assistência e pesquisa em saúde do trabalhador. A saúde do trabalhador é reduzida na sociedade capitalista à saúde ocupacional e assim se limita a garantir ao trabalhador continuar reproduzindo a sua força de trabalho sem necessariamente se preocupar com a integralidade da saúde deste trabalhador. Assim, a saúde do trabalhador que pautamos insere-se em uma análise das relações entre trabalho e modo de vida sob o capital, com o foco de garantir uma vida em vigor e em sentidos, não apenas uma vida pautada no trabalho.

19. Desenvolvimento de uma rede municipal de diagnóstico e pesquisa de tecnologias médicas. Além de representar um instrumento de enfrentamento dos grandes conglomerados financeiros que atuam na saúde, os quais têm atualmente as mãos sobre os serviços de diagnóstico, tal rede também contribuirá com o avanço da produção científica brasileira através de parcerias com institutos públicos de pesquisa, universidades federais e estaduais.
20. Reversão dos processos de privatização mediante Organizações Sociais (OSs) e parcerias; como, por exemplo: a gestão da Santa Casa sobre o Hospital Municipal de Salvador. A alarmante ineficiência da organização desses serviços através de modelos de gestão que seguem as diretrizes formuladas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional expõe o fato do avanço do capital financeiro sobre os serviços públicos de saúde sem o objetivo da qualificação e ampliação dos mesmos.
21. Contratação de trabalhadores de todas as categorias da saúde através de concursos públicos regulares com a garantia de estruturação de planos de carreira para os mesmos. Tal proposta, realizada em âmbito municipal, representaria um avanço sobre as contratações via CNPJ, além de estimular a ampliação qualitativa da rede de Atenção Primária e da rede de Atenção Psicossocial da cidade. A pressão pelo aumento individual de produtividade e os investimentos quase exclusivos em médicos certamente não dão conta do recado.